Bloco de Esquerda
*Grupo Parlamentar*

# PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 241/XIII/1.ª

## RECOMENDA AO GOVERNO GESTÃO PÚBLICA DO HOSPITAL DE SERPA

No dia 2 de abril comemoraram-se os 40 anos da Constituição da República Portuguesa, documento fundador de um Portugal democrático e de uma "sociedade livre, justa e solidária". O Serviço Nacional de Saúde é uma das maiores construções desta nova sociedade.

A cobertura universal e acesso livre a cuidados de saúde constitui um pilar fundamental desta sociedade. Com o Serviço Nacional de Saúde, enquanto sistema público e sob gestão pública, foi possível aumentar a esperança média de vida, reduzir drasticamente a mortalidade infantil e garantir uma melhor saúde a todas as pessoas que vivem em Portugal.

O Serviço Nacional de Saúde formou profissionais, construiu novos equipamentos e investiu fortemente noutros; adquiriu tecnologia e conhecimento, mostrou qualidade ímpar, tornando-se um dos melhores a nível mundial. Há, de forma muito clara, um antes e um depois do Serviço Nacional de Saúde.

No entanto, os últimos anos inverteram o investimento na qualificação da prestação de serviços públicos de saúde, sendo essa inversão de tendência particularmente agravada nos anos mais recentes, muito por causa dos cortes ao financiamento do SNS, mas principalmente por causa de uma visão ideologicamente orientada e que pretendia retirar o Estado da prestação direta de cuidados de saúde. O objetivo era um: o de inverter o paradigma. Em vez de termos um sistema público de saúde, financiado de

forma solidária e progressiva, pretendeu-se passar esta função fundamental para privados, passando o Estado a financiador, mas não a prestador de serviços.

A intenção do anterior Governo de entregar vários hospitais públicos à gestão privada insere-se nessa visão ideologicamente orientada. Uma visão ideológica que não tem em conta o interesse público, apenas o dogma de uma sociedade onde o Estado deixa de prestar os serviços fundamentais à sua população.

O PSD e o CDS-PP pretenderam, a certa altura, entregar inúmeros hospitais à Santa Casa da Misericórdia. Felizmente, a contestação destes processos por parte das populações atrasou as intenções do anterior Governo e, muito recentemente, a não demonstração de interesse público nessas entregas, levaram à reversão dos processos dos hospitais de S. João da Madeira e de Santo Tirso.

Houve, no entanto, três hospitais que não conseguiram ficar a salvo deste plano ideológico: são eles os hospitais de Serpa, de Anadia e de Fafe, entregues a gestão privada no final de 2014.

O Hospital São Paulo, doravante designado como Hospital de Serpa, localiza-se no centro histórico desta cidade. Funciona num edifício do século XV que, em tempos, foi o Convento de São Paulo. Em 1840, este edifício foi adaptado à atividade hospitalar; em 1983, o então Ministério dos Assuntos Sociais determinou que este hospital passaria a ser o Hospital Distrital de Serpa. Desde então, o hospital foi alvo de diversas intervenções, que visaram dotá-lo de mais e melhores condições técnicas e funcionais para a prestação de serviços públicos de saúde às populações.

Esta unidade hospitalar chegou a disponibilizar consultas de especialidade em cirurgia, medicina, ortopedia e oftalmologia, possuía bloco operatório, farmácia, laboratório de análises clínicas, internamento, serviço de raios-x e transporte de utentes para fisioterapia, prestando serviços fundamentais à população, não só do concelho de Serpa, mas de toda a região.

No entanto, o desinvestimento dos últimos anos traduziu-se em cortes constantes e encerramentos de valências e serviços. O hospital ficou sem bloco operatório porque a tutela decidiu não contratar médicos para substituir os dois cirurgiões que, entretanto, saíram do serviço.

No mesmo sentido, a tutela decidiu transferir para Beja as consultas de especialidade de cirurgia, medicina interna, ortopedia e oftalmologia; decidiu encerrar o laboratório, transformando-o num posto de recolha.; decidiu criar uma pequena unidade de cuidados continuados, com seis camas, mas para tal, acabou com o internamento hospitalar; decidiu não contratar um radiologista para o serviço de raios-x, motivo pelo qual este ficou inoperacional. Decidiu ainda depauperar o Hospital de Serpa, não providenciando alternativas adequadas e negligenciando a criação de um serviço de urgência básica (SUB), há muito prometido e não implementado.

Depois de ter exaurido o Hospital de Serpa, a tutela decidiu entregá-lo à Misericórdia. É uma tática já conhecida: esvaziar para depois dizer que é inevitável a entrega da sua gestão a um privado.

É, aliás, curioso o "Estudo de avaliação das necessidades de procura e da capacidade instalada nos serviços públicos da região" que consta em anexo ao Acordo de Cooperação de entrega este hospital à Santa Casa da Misericórdia local.

Diz esse estudo que existe uma capacidade real de instalações e equipamentos na área de ambulatório/consulta externa e diz também que a capacidade instalada está a ser subaproveitada, podendo ser otimizada com mais valências. Acrescenta o estudo que existe lista de espera para várias especialidades e que deve ser considerado o reforço do combate a essas mesmas listas de espera.

Ora, este hospital, alvo de tanto investimento, era afinal muito necessário, como necessárias eram as valências que já ali funcionaram.

No entanto, perante esta situação, o anterior Governo não optou por devolver valências e serviços; optou por entregar o hospital à Misericórdia, pagando-lhe uma renda para que esta entidade faça aquilo que Estado já tinha feito e que sabe fazer melhor do que ninguém. Porquê entregar à Santa Casa da Misericórdia? O estudo apenas justifica que existe "a disponibilidade da Santa Casa da Misericórdia de Serpa para oferecer a estas populações estes cuidados de saúde em ambulatório".

Se o critério era apenas a 'disponibilidade', há que perguntar porque razão não estiveram a tutela e o Estado disponíveis para prestar esses serviços, preferindo pagar para que outros o prestem em sua substituição.

É cada vez mais claro que esta decisão teve uma motivação meramente ideológica.

A bem dos utentes e do seu direito ao acesso a cuidados de saúde, o Bloco de Esquerda considera que o Hospital de Serpa deve ser gerido pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo que devem ser desenvolvidas as ações necessárias tendentes a assegurar essa reversão. Deve também ser elaborado um plano de investimento para ultrapassar falhas e limitações, algumas delas provocadas pelo próprio processo de transferência para a Misericórdia.

A entrega de hospitais públicos à gestão privada das Misericórdias não acautela o interesse público, nem apresenta racional financeiro, como o próprio Governo reconheceu nos casos dos hospitais de Santo Tirso e de São João da Madeira.

A população de Serpa tem direito a ter um hospital que permita dar a melhor resposta possível às suas necessidades, e tal consegue-se com uma unidade hospitalar pública, gerida pelo setor público.

*Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:*

1. Desenvolva as ações necessárias tendentes a assegurar a gestão pública do Hospital de Serpa;

2. O Hospital de Serpa recupere as valências e os serviços encerrados e que são necessários às populações;

3. Sejam contratados os médicos, enfermeiros e auxiliares necessários para o bom funcionamento do Hospital de Serpa.

Assembleia da República, 8 de abril de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,